

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIO LÓGICA



PROBLEMAS E SOLUÇÕES
A PARTIR DE ESTUDOS
EMPÍRICOS

Coordenação
Manuel Lisboa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO I	11
Metodologias de investigação e construção do campo da Sociologia	
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO II	43
As metodologias de investigação no estudo das desigualdades sociais: conhecimento científico, políticas públicas e cidadania	
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO III	63
Inquéritos sociológicos e construção do campo de observação	
1. AMOSTRAS	67
Construção de amostras estatisticamente representativas	69
<i>Manuel Lisboa</i>	
Amostra por cachos: o caso do inquérito sobre Saúde e Violência Contra as Mulheres, em 2003	76
<i>Manuel Lisboa e Fátima Miguens</i>	
Amostras emparelhadas: o caso do inquérito sobre o Trabalho Infantil em Portugal, a alunos PIEF e do Ensino Regular, em 2007	85
<i>Manuel Lisboa, Fátima Miguens e Joana Malta</i>	
Amostras para observar fenómenos sociais de difícil acesso: o caso do estudo da mutilação genital feminina em Portugal, de 2015.	90
<i>Manuel Lisboa, Rosário Oliveira Martins e Ana Lúcia Teixeira</i>	
2. QUESTIONÁRIOS	95
Questionários para inquéritos sociológicos	97
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO IV	117
Trabalho de campo e recolha de dados	

Administração indirecta em inquéritos sociológicos: o caso do inquérito sobre a violência e género aplicado nos Açores, em 2008 <i>Manuel Lisboa e Dalila Cerejo</i>	121
Os dados administrativos e a recolha de informação a partir de processos em papel: o caso da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto, em 2000 <i>Manuel Lisboa, Zélia Barroso e Joana Marteleira</i>	127
Futuros passados, futuro ausente ou um terraço para outra coisa ainda? Um ensaio sobre usos da memória, teoria e métodos <i>Paula Godinho</i>	131
CAPÍTULO V	163
Tratamento e análise dos dados	
Análise dos dados de inquéritos sociológicos: estatísticas univariada, bivariada e multivariada <i>Ana Lúcia Teixeira</i>	167
O tempo e as sazonalidades na investigação sociológica: construção e análise de séries temporais em estudos sociológicos sobre a criminalidade participada à Polícia Judiciária (1984-1993) <i>Manuel Lisboa, Nelson Lourenço</i>	243
Análise de Conteúdo: um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais <i>Ana Roque Dantas</i>	261
Metodologia de detecção de <i>Indicadores de Expressão Emocional no contexto da violência conjugal</i> <i>Dalila Cerejo</i>	287
Custos económicos com a saúde resultantes da violência doméstica contra mulheres, em Portugal <i>Pedro Pita Barros, Manuel Lisboa, Dalila Cerejo e Eliana Barrenho</i>	313
CAPÍTULO VI	347
Desafios futuros na investigação sociológica: a análise sistémica da complexidade.	
Para uma análise intersistémica da violência de género <i>Manuel Lisboa</i>	349
ANEXOS (em suporte digital – CD)	

PARA UMA ANÁLISE INTERSISTÊMICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Manuel Lisboa

Introdução

A compreensão de problemas sociais, como a violência contra as mulheres baseada nas desigualdades de gênero, coloca questões novas às ciências sociais, particularmente à Sociologia, cujas velhas teorias, ainda que necessárias, parecem ser insuficientes para compreender muitos dos processos e dinâmicas sociais que estão associados aos actos que quotidianamente povoam a vida de vários milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo. Hoje, e apesar dos consideráveis avanços ocorridos nas últimas décadas, nos países europeus, nas esferas económicas e sociais, aquele tipo de violência constitui ainda um dos principais problemas, como bem o explicita a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica, de 2011. Pela sua natureza e extensão, este tipo de violência contribui para a ampliação das desigualdades sociais, cujas consequências têm implicações em todas as dimensões sociais, incluindo a económica e política, e constitui um forte entrave ao desenvolvimento de sociedades democráticas. Trata-se de um fenómeno complexo, com múltiplas e heterogéneas dimensões, das mais sociais às mais pessoais, das racionalizáveis na sua previsibilidade às emocionais, com explosões circunstanciais e cíclicas. É um fenómeno cuja análise requer uma leitura holística, tanto na sua conceptualização, como na abordagem empírica e metodologia a usar.

Em este capítulo, ensaio uma proposta de análise da violência, baseada no gênero, exercida contra as mulheres, à luz da *Teoria*

dos Sistemas. O foco central do texto será o espaço de intersecção dos vários subsistemas que condicionam a acção dos principais actores sociais mais directamente envolvidos nos actos de violência, particularmente as vítimas e os agressores.

A reflexão aqui apresentada resulta do questionamento que eu e a minha equipa temos vindo a fazer, ao longo dos últimos 20 anos, no estudo da violência contra as mulheres. Uma breve análise do percurso feito ajuda-nos a estabelecer os limites do que já conhecemos e a perceber os caminhos que ainda temos de percorrer. Tem sido um trabalho de pesquisa gradual, onde vamos juntando peça a peça e, sobretudo, descobrindo, por entre friestas nem sempre muito visíveis, que ainda temos um longo caminho pela frente. Começámos com abordagens essencialmente quantitativas, usando uma escala de observação macro, como a de vários inquéritos sociológicos de âmbito nacional. Depois de termos tirado uma «fotografia» do fenómeno a nível nacional, através do cálculo da prevalência e da quantificação dos diferentes tipos de actos e das características socioculturais das vítimas e agressores, questionámo-nos sobre as suas causas, particularmente sobre o que está nos «bastidores» da acção dos actores sociais directamente envolvidos, para utilizar uma expressão de Goffman. Esta via obrigou a seguir uma metodologia de pesquisa mais qualitativa, onde tivemos que recorrer a «entrevistas em profundidade» e «histórias de vida», e procurámos analisar os contextos sociais e emocionais em que ocorrem os actos de violência.

A questão que se nos colocava agora consistia em procurar conhecer quais as condicionantes económicas, sociais, culturais e pessoais da acção, ou da não acção explícita, das vítimas e dos agressores, particularmente nos actos que ocorrem em contextos de risco e incerteza, e que podem ir até à morte das vítimas. Para uma análise holística e sistémica do fenómeno, que contribua para dar resposta àquela interrogação, três dimensões devem ser equacionadas: uma em que se analise a relação entre as condicionantes da estrutura, social e cultural, e a acção dos actores individuais; uma segunda, em que se discuta a relação entre o controlo racional da acção e os factores emocionais que estão, também, presentes; e, finalmente, uma terceira, onde os actores sociais em interacção – vítimas, agressores e pessoas do meio envolvente mais próximo –,

em um contexto determinado, fazem a síntese de todas as variáveis presentes, e orientam, ou condicionam, a sua acção em um ou outro sentido. Em seguida, centrarei a minha análise, sobretudo, nas duas primeiras.

1. Estrutura e acção individual: algumas questões teóricas

Sabemos, desde há muito, que toda a acção individual tem uma orientação colectiva e que não existe construção e expressão colectivas sem a participação de actores individuais. O encontro entre estas duas perspectivas permite uma compreensão mais abrangente da acção social, combinando o efeito da estrutura e da agência (Giddens, 1984). Contudo, ao longo do tempo, a análise do social tendeu com frequência para abordagens dicotómicas e separadas.

Tradicionalmente, a Sociologia procurou compreender a *acção social* através da dimensão colectiva e dos paradigmas e problemas sociais dominantes em cada época (Durkheim, 1919). É disso exemplo a importância dada por Marx às *classes sociais* e à *luta de classes*, por Weber à *estratificação social*, aos *grupos de status* e à *religião* e por Durkheim às *normas* e aos *valores*, como limites condicionantes do comportamento individual.

Talcott Parsons, na sua obra *O Sistema Social* (1951), abriu novas possibilidades, ao considerar que a acção é influenciada por diferentes sistemas, desde o *cultural*, que estaria no topo, ao *da personalidade* ou ao *biológico* (este último menos aprofundado no seu pensamento). Nas últimas décadas, alguns sociólogos e filósofos têm vindo a equacionar esta temática, realçando a importância de outras dimensões do social, particularmente a da esfera da intimidade dos actores sociais. A sua compreensão abre novas pistas, não só para o entendimento da vida quotidiana nas sociedades actuais, como das dinâmicas e processos de desestruturação das estruturas sociais que herdámos e tentativas de construção de novas soluções. Entre os autores que mais o têm reflectido, destacaria Michel Foucault (1976), ao focar a importância do biopoder, Anthony Giddens (1992), que realça o papel da intimidade, em particular do amor e da sexualidade, Bourdieu (1998), que desenvolve o conceito de *habitus* e, no que

se refere às desigualdades de género, é utilizado para analisar «*la domination masculine*». Bauman (2000), partindo de outra perspectiva, mostra-nos a *liquidez* e a imprevisibilidade da vida social na sociedade contemporânea. Pela sua parte, Ulrich Beck (1992) enfatiza os processos de individualização nas sociedades de risco, de modernidade tardia. O autor e Elisabeth Beck-Gernsheim discutem afincadamente este conceito na obra *Individualization* (2001), aprofundando-o, em uma perspectiva de género, em *The Normal Chaos of Love* (1995); com estas obras, as dimensões privadas da vida humana, nomeadamente a sexualidade e o amor, sobem ao palco da arena social.

No que diz respeito às teorias *queer*, o tema da desigualdade de género está presente na obra de Judith Butler (1990), Teresa de Lauretis (1991), e no posterior *Manifesto contra-sexual*, de Beatriz Preciado (2000). Estes contributos teóricos ajudam a discutir o tema a partir de uma perspectiva mais ampla e não dicotomizada do género, onde as diferenças são vistas como um constructo social heterogéneo, dependendo das condições históricas, económicas, políticas, sociais e culturais de cada contexto.

No caso da violência de género, e para lá da configuração jurídica que ela possa merecer, como temos vindo a argumentar em vários estudos (Lisboa *et al.* 2006, 2009), ela resulta sobretudo do desempenho dos papéis sociais, das representações, valores e modelos sociais do que significa ser homem e mulher, em contextos específicos, e de como isso se traduz em termos de poder. Nas nossas sociedades, as desigualdades de género são socialmente hierarquizadas, atribuindo mais poder ao masculino do que ao feminino. A maioria dos actos de violência cometidos por homens contra mulheres expressam a tentativa de perpetuar esse poder. Em alguns momentos, o Estado promove políticas públicas para a eliminação de tais desigualdades; em outros, mesmo que seja pela não acção, acaba por contribuir para a sua reprodução. Igualmente, ONG, associações e activistas individuais têm tido um papel central na luta contra esta violência.

Face à heterogeneidade das dimensões em presença, assim como aos diferentes sistemas envolvidos – político, social, cultural, psicológico e biológico –, uma nova abordagem do fenómeno é necessária, menos unidimensional e mais sistémica. Sylvia Walby

(2009) dá-nos um importante contributo para a discussão das desigualdades de género, num quadro teórico de complexidade e de sistemas sociais múltiplos. Gostaríamos de ir mais longe, e de situar a análise das desigualdades de género, enquanto origem da violência contra as mulheres, na intersecção de vários sistemas, combinando diferentes dimensões: individuais e colectivas, visíveis e ocultas, racionais e emocionais, simbólicas e materiais.

Em seguida, discutiremos alguns destes aspectos, partindo de uma perspectiva ampla, baseada nas teorias de Talcott Parsons.

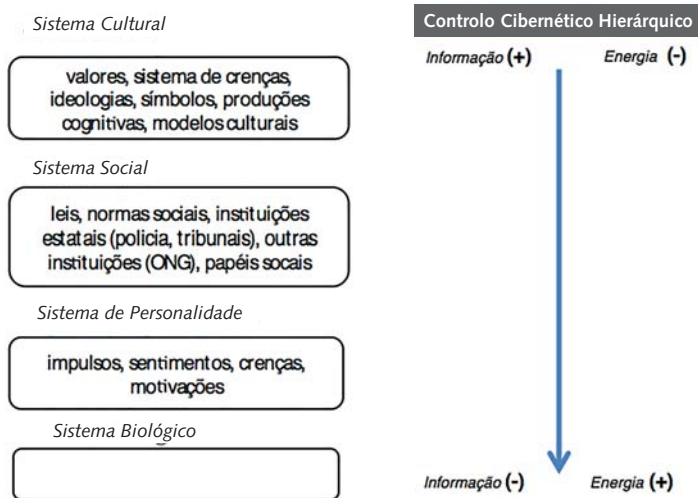
2. Análise da violência de género a partir da Teoria dos Sistemas de Parsons

De acordo com a perspectiva de Parsons, e ainda que a acção dos actores sociais possa começar por ser explicada, em primeiro lugar, pelo subsistema que lhe está mais próximo – neste caso, o social –, ela envolve também a participação dos restantes subsistemas, nomeadamente, o cultural, o da personalidade e o biológico (este menos desenvolvido pelo autor¹). A relação entre os subsistemas obedeceria ao princípio de que os que têm mais informação tenderiam a controlar os que têm menos, ainda que estes possam ter mais energia do que aqueles. Trata-se de uma antiga perspectiva, vinda da Biologia, via Bertalanfly, que considera que, nos sistemas biológicos, em última instância, a energia é controlada pela informação.

Deste modo, e de acordo com a proposta de Parsons, se quiséssemos analisar a acção dos actores individuais no contexto da violência – vítimas e agressores –, poderíamos dizer que, para além de alguns traços de personalidade individuais, as primeiras grandes condicionantes dos seus actos resultariam do subsistema social, com mais informação do que o da personalidade, e onde se encontram as leis, as normas sociais, a avaliação dos papéis sociais e a acção de múltiplas organizações e instituições, desde as estatais, como as Polícias, às ONG.

1 Parsons assinala sobretudo as variáveis e dimensões dos subsistemas cultural, social e de personalidade. Ainda que o refira, deixa de lado a análise do biológico.

O Sistema de Acção, por Talcott Parsons



De algum modo, em Portugal, nas últimas décadas, a acção de várias organizações e as políticas públicas seguidas partem desse pressuposto. De facto, no início da década de 90 do século passado, a luta das ONG feministas e de activistas individuais pressionou os governos de então a produzir várias leis no sentido de criminalizar a violência contra as mulheres. Contudo, em 1995, o primeiro inquérito nacional sobre a Violência Contra as Mulheres² mostrava que uma em cada duas mulheres com 18 ou mais anos tinha sido vítima de violência física, psicológica e sexual, e que essa violência se realizava na casa-família, era perpetrada pelo marido/companheiro e atingia as mulheres de todos os estratos sociais e todas as idades. Ou seja, apesar de haver leis, desde o início da década de 90, que criminalizavam este tipo de violência, ela continuava a afectar cerca de metade das mulheres adultas, o que permitia concluir que as alterações legislativas tinham tido uma influência reduzida na dissuasão da acção dos agressores.

² Lourenço, Nelson, Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.

Do mesmo modo, só cerca de 1% das vítimas apresentava queixa à polícia ou a outras instâncias. Esta violência era pouco conhecida publicamente, estava escondida dentro da casa e da família – era um fenómeno ocultado na esfera privada, por um conjunto de valores e modelos socioculturais que ajudavam à invisibilidade na esfera pública e, naturalmente, à sua reprodução ao longo do tempo. O que parecia orientar a acção dos actores envolvidos, vítimas e agressores, eram sobretudo factores que se situavam no subsistema cultural.

No início deste século, novas medidas foram tomadas, reforçando a acção da Polícia e tornando as leis mais duras e eficazes na penalização dos actos de violência doméstica (o crime de violência doméstica passa a crime público e o Estado assume directamente a condução do processo legal, independente da vontade da vítima). Poderia pensar-se que, com o reforço dos agentes do subsistema social, traduzido no aumento das medidas punitivas, tanto legais como policiais, conseguir-se-ia eliminar, ou pelo menos reduzir significativamente, os actos de violência.

Porém, tal não aconteceu. Em 2007, doze anos depois do primeiro inquérito, em 1995, um segundo inquérito nacional³ mostrava que ainda uma em três mulheres era vítima do mesmo tipo de actos, que continuavam a ser mais frequentes no contexto familiar, e que só 10-12% das vítimas denunciava os actos à Polícia. Ou seja, eram poucas as alterações na acção individual das vítimas e agressores, apesar de o país ter já um dos quadros legais mais avançados da Europa, ter aprovado três planos nacionais específicos para o combate e prevenção da violência, articulados com outros planos nacionais, mais abrangentes, sobre a igualdade.

Porquê esta mudança lenta, apesar do grande reforço que fora feito no combate à violência e na protecção das vítimas? A resposta tinha começado a ser dada em outros estudos nacionais sobre os «custos da violência contra as mulheres», realizados pela mesma equipa de investigação da Universidade Nova de Lisboa⁴. A prova definitiva é dada em 2007, no inquérito nacio-

3 Lisboa *et al.* (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.

4 Lisboa *et al.* (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

nal que estuda a violência contra as mulheres e os homens. Os resultados são claros, quando mostram que a violência exercida contra as mulheres é de natureza diferente da exercida contra os homens: nas mulheres, é sobretudo uma violência baseada nas desigualdades de género, perpetrada por homens; nos homens, é uma violência igual àquela que existe na sociedade em geral e os autores são, também, homens.

A grande conclusão deste último estudo é que este tipo de violência, exercida contra as mulheres, é estrutural e não conjuntural. Esta violência resulta de um processo sócio-histórico onde interagem dimensões económicas, políticas, sociais e culturais. Ela é produzida e reproduzida ao longo do tempo, a partir de valores, modelos, normas e papéis sociais, que constroem, hierarquizam e legitimam um poder baseado no género, construído socialmente a partir da diferença biológica de sexo. Nas sociedades ocidentais, particularmente nos últimos três séculos, tal tem-se traduzido na afirmação de um sistema patriarcal, com a valorização e empoderamento do masculino face ao feminino. Em alguns períodos históricos e em certas sociedades, o fenómeno tem uma dimensão mais reprodutiva; em outros, mais produtora de mudança. Em Portugal, nas últimas duas décadas, têm sido muito activos os mecanismos de mudança, sobretudo pela acção do subsistema social. Todavia, a mudança é lenta. Como hipótese, o que pode explicar a resistência à mudança são sobretudo as várias dimensões do subsistema cultural, como os valores e modelos de género, enraizados em todos os segmentos do tecido social, na mentalidade e prática dos agentes sociais. Eles alimentam e justificam as normas e os papéis de género respectivos, que tendem a manter uma estrutura de relações baseada na desigualdade entre homens e mulheres, e que atravessa todas as esferas sociais, desde as diferenças salariais, passando pelo acesso aos cargos de liderança nos campos económico e político, até às relações interpessoais dentro da casa.

Em um estudo qualitativo realizado com mulheres vítimas de violência⁵, encontrámos várias respostas em entrevistadas que

5 Lisboa et al., (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

mostram bem como os valores e modelos de masculinidade e de feminilidade marcam o que é permitido ao homem e proibido à mulher, e cuja fronteira, ao ser ultrapassada, pode contribuir para um acto de violência por parte de quem, em última instância, detém o poder – o homem –, enquanto intérprete da masculinidade dominante.

- «... e então houve uma altura em que eu ganhava mais que ele e isso para ele foi uma complicação terrível, porque (...) ele não admitia que o marido ganhasse menos que a mulher (...) (p.135)
- (...) eu sempre usei mini-saia (...) e ele não gostava que eu passasse e as pessoas olhassem para mim (...) Iam picá-lo, e outras vezes iam com conversas, indirectas (...) (p.133)
- (...) De me ter em casa, sem que fosse observada por outras pessoas, era (...) o bibelot tinha que estar ali só para ele ...» (p.203)
- (*Maria, 48 anos, empregada de escritório, esteve 18 anos casada*)

Deste modo, e para além do subsistema social, o subsistema cultural desempenha um papel fundamental na acção individual, ao condicionar a percepção, as formas de representar, de sentir e de agir dos actores sociais.

A violência baseada nas desigualdades de género apresenta-se-nos como um fenómeno complexo, multidimensional, e, por isso, só pode ser compreendida a partir de uma visão que integre essa complexidade. As abordagens sistémicas, particularmente a de Talcott Parsons, abrem espaço para uma nova perspectiva sociológica que ajude a compreender fenómenos desta natureza, na intersecção dos subsistemas social e cultural. Sabemos desde Durkheim, por exemplo no *Suicídio* (2007, 1.^a ed. 1897) que os subsistemas cultural e social exercem um constrangimento externo à acção dos actores individuais; a questão, agora, consiste em saber porque é que, mesmo alterando alguns desses factores, a acção individual muda tão lentamente. A nossa hipótese é que, para além da influência externa daqueles subsistemas, os seus elementos constitutivos estão inscritos emocionalmente nos actores sociais individuais, de um modo que dificulta o controlo racional. De facto, a violência baseada no género integra outras dimensões, o que faz aumentar a sua heterogeneidade.

Assim, uma nova perspectiva sistémica deve ser adoptada, e novos instrumentos de pesquisa têm de ser criados. Agora, trata-se de analisar a acção individual em contextos de violência (por vezes em situações limite de risco e incerteza), a acção de pessoas que «transportam» dentro si múltiplas dimensões sociais e culturais, que interagem com outras, relativas aos subsistemas da personalidade e biológico. A acção individual situa-se, por isso, em uma zona de fronteira entre vários subsistemas, que procuraremos discutir no pronto seguinte.

3. Racionalidade e emoção no contexto da interacção vítima-agressor

Em este ponto, e tendo por base os resultados de várias investigações empíricas multidisciplinares, procuraremos analisar a violência a partir de um território onde se cruzam as dimensões, já referidas, dos subsistemas cultural e social com outras, relativas aos subsistemas da personalidade e biológico. O espaço de fronteira que escolhemos para observar a relação das múltiplas variáveis dos subsistemas é o que separa, e une, as partes interna e externa do *Self*. Sendo difícil a observação directa da interacção entre vítima e agressor, é necessário encontrar outras formas menos intrusivas e onde seja possível a captação macroscópica da informação.

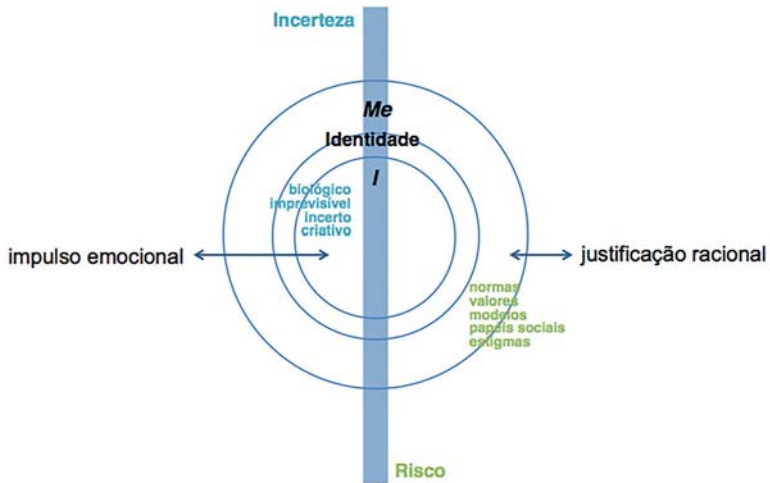
A maioria dos estudos realizados sobre a violência de género tem sido feita sobretudo a partir da análise das vítimas. Hoje, temos cada vez mais consciência de que os contextos onde ocorrem os actos de violência são espaços de interacção de vários actores sociais, particularmente, agressores e vítimas, que colocam na sua acção todas as suas dimensões, desde as socioculturais até às mais pessoais, como as psicológicas e biológicas. Daí que, mesmo quanto não temos acesso à informação proveniente de todos os intervenientes, e somos obrigados a focar a observação só em uma parte da interacção, devemos procurar sempre os ângulos e perspectivas que iluminam as faces do objecto observado que contêm a influência dos outros intervenientes. Assim, é-nos mais fácil compreender como as expressões racionais da acção, normalmente

mais balizadas pelo modelos e normas sociais, e por isso passíveis de avaliação social por parte dos outros, se combinam com mais dimensões, como as emoções e os sentimentos, habitualmente mais ocultas, mas que nem por isso podem ser excluídas da compreensão das diferentes formas de agir dos actores sociais. Não analisaremos aqui a influência das componentes bioquímicas das emoções e sentimentos, como as sinapses, estruturas neurológicas, equilíbrios químicos, hormonas, entre outras dimensões, pois a sua observação requer instrumentos de pesquisa que não foram utilizados nas investigações empíricas que temos vindo a citar.

Os estudos empíricos revelam que as interacções em contextos de violência de género vão crescendo de intensidade, ciclicamente, até um limite, que pode levar ao homicídio, ou ao suicídio da vítima (Lisboa *et al.*, 2005, 2006). O processo de tomada de decisão de acção, em estes contextos de risco e incerteza, faz-se sempre a partir de um tempo e de um espaço, onde se combinam, por um lado, gradientes diversos, que podem ir do impulsivo imediato ao controlado racionalmente, e, por outro lado, diferentes escalas de visibilidade, do mais visível e observável ao mais oculto.

Esta perspectiva alicerça-se, em grande medida, nas contribuições teóricas de interaccionistas, como Herbert Mead (*Mind, Self and Society*, 1934) e, mais tarde, de Erving Goffman, na obra *The Presentation of Self in Everyday Life* (1956), ou, para os referenciais sociais mais marcados, como os papéis de género, a homofobia e o racismo, no livro *Stigma* (1963). A Mead, fomos buscar a relação entre o *I* e o *Me*. O *Me* situa-se na fronteira com os sistemas cultural e social, onde é mais fácil a avaliação social por parte dos outros. Do *I*, fazem parte os sentimentos e outros estados emocionais – é mais oculto e difícil de avaliar macroscopicamente, e a sua fronteira situa-se na intersecção dos sistemas psicológico e biológico. Erving Goffman traz-nos sobretudo a ritualização das interações, constructos sociais, que, em um aparente jogo de luzes e de máscaras, oculta e torna visíveis as permissões e interdições, edificando, assim, os referenciais que orientam a construção das identidades sociais – neste caso, as identidades de género, que subjazem às acções dos actores sociais que as interpretam e vivem.

Acção Social e estrutura do *Self*



M. Lisboa (2010)

O diagrama anterior sintetiza uma grelha para a análise da interacção em contextos de risco e incerteza, definindo um espaço de fronteira, onde se encontram os quatro subsistemas de acção: o cultural, o social, o da personalidade e o biológico. Em este esquema, salienta-se a importância que todos os subsistemas têm para a construção da identidade de género. Esta funciona como o núcleo central condicionador da acção. A identidade não é estática, mas muda muito lentamente; resiste à mudança imposta pelo exterior, sob pena de fazer desabar todo o edifício que sustenta as formas de pensar e de agir do actor social. Por isso, é tão difícil conseguir a recuperação da maioria dos agressores de violência de género – podem condicionar-se comportamentos, mas mais dificilmente se alteram as atitudes que lhes estão subjacentes. Elas alicerçam e estruturam um domínio mais interno do *Self*, resultante de um processo, longo, de socialização, desde a infância, quando ainda não dispomos dos meios de apreensão racional do que nos rodeia e com o qual interagimos. Os valores, modelos e normas vão-se inscrevendo bioquimicamente ao longo

de toda a vida, primeiro mais emocionalmente, depois racional e emocionalmente. Da identidade de género não faz parte só o que é socialmente visível; ela contém, também, o que estrutura a nossa psique e o que está inscrito bioquimicamente. Funciona como uma espécie de património individual, que nos acompanha em todas as interações, daí resultando o seu reforço, ou a mudança lenta em outras direcções.

A descrição por parte das mulheres vítimas dos contextos emocionais de violência é significativa da presença de todas aquelas dimensões, das mais visíveis às menos (Lisboa *et al.*, 2006)⁶. Emoções como o medo, a vergonha⁷, ou o sentimento de ciúme estão frequentemente presentes enquanto condicionadoras da acção individual. Algumas vezes, também, verifica-se o controlo racional, intencional, dos modos de agir. Emoções, sentimentos e controlo racional estão presentes, ainda que em graus diferentes, na interacção entre vítimas e agressores. Em qualquer dos casos, são condicionantes directos da acção, como o mostram vários autores.

As emoções, particularmente as de fundo e as primárias, ao contrário dos sentimentos, têm um automatismo que, em um primeiro momento, as afasta dos mecanismos da consciência e do controlo racional, e as aproxima das pulsões (Damásio, 2003). Como refere Damásio (2003:57), o nosso cérebro está equipado com uma «maquinaria biológica», que nos leva a reagir automaticamente, por vezes em uma lógica de «sobrevida» e de defesa da vida, em outras de modo ineficaz. Esta é uma característica de todos os organismos vivos simples. As emoções de fundo são o produto de processos regulatórios dentro do nosso organismo, que incluem ajustamentos metabólicos e reacções de resposta a situações exteriores (Damásio, 2003). Na comunicação, elas captam-se mais pela forma do que pelo conteúdo. Como nos diz Damásio (2003), são perceptíveis através das expressões faciais ou da cadência do discurso, por exemplo. «O nosso bem-estar ou mal-estar depende dessa calda imensa de interacções regulatórias» (Damá-

6 Lisboa *et al.*, (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

7 A este propósito, é de referir a tese de doutoramento de Dalila Cerejo (2014), que analisa, de forma desenvolvida, a influência que estas emoções sociais têm na não reacção das vítimas.

sio, 2003: 61). Contribuem para a nossa lassidão e entusiasmo, e, nesse sentido, são condicionadoras da acção, mas são ainda pouco conhecidas. Pelo contrário, e ainda que elementares do ponto de vista do controlo da consciência, as emoções primárias têm sido bastante estudadas, e contribuem para muito do conhecimento que se tem hoje sobre a neurobiologia das emoções. O medo é uma das mais estudadas e, também, uma das que está mais presente nas vítimas de violência, como se verifica nas descrições das mulheres entrevistadas. O medo, quando associado à imprevisibilidade da acção do outro, é uma das emoções que mais pode afectar a confiança; e esta é uma das emoções essenciais para a regulação e ritualização das interacções, sob a forma de padrões de comportamento expectáveis, como bem mostram Barbalet (2001) e Kemper (2000). Deste modo, o medo da vítima dificulta a sua capacidade em prever as acções do agressor.

Mais próximas da influência da sociedade e da cultura estão as emoções sociais. É o caso da vergonha e da culpa, igualmente presentes nas vítimas de violência. Do ponto de vista da intersecção dos quatro subsistemas que temos estado a analisar, as emoções sociais, mesmo que também sejam inscritas bioquimicamente, requerem uma maior exposição ao meio envolvente do que as de fundo e primárias, cuja regulação se situa mais nos subsistemas biológico e psicológico. Thomas Sheff e Suzanne Retzinger (1991) salientam a importância da vergonha e da culpa na interacção e regulação sociais. Jack Barbalet (2004) enfatiza também o papel da vergonha na regulação e controlo dos papéis sociais.

De facto, o que é observável, empiricamente, da descrição das interações com o agressor por parte das vítimas, tanto na acção como na não-acção, e tanto no que é verbalizado, e portanto tornado consciente e racionalizável, como no que só é racionalizado posteriormente, como os sentimentos e emoções sociais, mostra uma gama heterogénea de condicionantes da acção, que vai dos valores e modelos do subsistema cultural até à reacção física do biológico. Os subsistemas cultural e social deixam de ser exteriores ao actor social individual e passam a fazer parte do seu núcleo interno, fundindo-se com os subsistemas da personalidade e biológico, e estão presentes na interacção. Vejamos vários exemplos dessas articulações múltiplas.

Na expressão seguinte, observa-se claramente todo um contexto em que se mistura a dimensão emocional com a racional e, simultaneamente, se encontra a presença do medo a justificar a acção da vítima.

«... não dizia nada, **batia-me e acabou-se** ... quando ele me começava a bater eu calava-me muito caladinha ... porque eu tinha **medo** ...» *Rosália* (p.167)

O medo pode ser reforçado na destruição dos objectos de que mais se gosta e onde há uma espécie de morte simbólica.

«...**partia-me as minhas coisas**. Se eu comprasse muito de uma coisa que gostasse muito, que eu andasse com aquilo em estimação, ele enquanto não partia aquele objecto não descansava...» *Rosália (morte simbólica)* (p.170)

A potenciar este medo, há situações em que a acção é meramente impulsiva, não estando presente o controlo racional e a preocupação com o acautelar das consequências, nomeadamente da prova que a agressão pode deixar no corpo.

«... ele batia onde tivesse de bater. **Ele ficava cego**... descontrolava-se mesmo...» *Ana (acção não racional)* (p. 171)

Todavia, noutros casos, podemos dizer que o controlo racional da acção, por arte do agressor, está presente. Há claramente uma avaliação do risco e a noção de infringir o que já está estipulado por lei, ou de poder ser alvo de censura social. O agressor sabe que a vítima pode denunciar a agressão à polícia e, para não deixar a prova das marcas visíveis, bate nos sítios onde tal é mais difícil de detectar.

«...ele batia era no corpo e nos braços que era **para não se notar**...» *Isabel* (p.171)

A dificultar o entendimento racional e a aumentar a confusão emocional da vítima, é por ela descrito um contexto típico de incerteza, onde o silêncio esconde o que pode vir a acontecer:

nunca se sabe quando vai acontecer, pode acontecer hoje, pode ser amanhã, não sendo possível uma previsão racional do acto.

«...eu falava com ele e ele não me respondia. Era capaz de estar uma semana inteira sem falar comigo...» *Mariana (controlo emocional)* (p. 167)

«...era com o cacetete feito daqueles cabos de electricidade...ele é que o fez, isolado em fita cola ...de propósito para bater...dormia sempre com isso na cama..» *Rosália (medo e incerteza)* (p.170)

A ciclicidade dos actos e dos comportamentos está igualmente presente neste tipo de violência.

«...ele batia-me e depois no dia seguinte aparecia à minha porta com ramos de flores e prendas. Mas era sempre assim, ele batia-me e no dia a seguir tinha flores (...）」 *Ana (ciclicidade)* (p. 186)

Os modelos e estereótipos de género, que se expressam através do sentimento de ciúme e da posse, estão presentes em quase todos os estudos que temos feito sobre a violência contra as mulheres.

«...ele sempre teve ...inclusive quando namorávamos ... era uma pessoa ciumenta...» *Mariana* (p. 183)

«...Depois de casar tornou-se um ciumento daqueles que se faz favor...» *Rosália* (p.181)

Os sentimentos nas vítimas não são sempre de revolta. Muitas vezes, estes misturam-se com outros, mais conformistas da ordem social, que condicionam a reacção da mulher vítima, a partir de mecanismos internos da identidade de género. Um desses sentimentos é a vergonha de uma mulher que vai ao hospital e não conta nada, porque tem vergonha.

«...eu tive que ir ao hospital... O que é que disse ao médico? Que tinha sido no armário da casa de banho. Não contei... tinha vergonha de contar...» *Rosália* (p. 193)

O que é que leva uma mulher que é vítima de violência a ainda ter vergonha? Como hipótese, pensamos que ela resulta do mesmo estereótipo de género que remete a mulher para o silêncio e a passividade (Cerejo 2014). Dentro desse modelo, uma mulher corajosa é aquela que sofre em silêncio – modelo oposto ao da masculinidade, que faz mais apelo à visibilidade e proactividade. Estes modelos de masculinidade e feminilidade estão bem presentes nos crimes de honra. Nas sociedades e nos contextos onde eles ocorrem com mais frequência, um homem que sente que é «traído» pela «infidelidade» da mulher com outra pessoa vê a honra manchada, e o que é socialmente expectável é que afirme a sua masculinidade «lavando a honra», se necessário, com sangue. Se não o fizer, vê-se a si próprio, e é socialmente representado, como um frouxo, alguém que não é suficientemente «macho». Se invertermos a situação, e for o homem a cometer o «adultério», como é que, socialmente, a mulher é representada para ser considerada forte? Calando. Aguentando, calada, firme. Este é um dos factores que também pode estar presente nas mulheres vítimas que não fazem a participação à polícia: no último inquérito nacional em Portugal, só 12 % participaram às polícias.

Vergonha, medo e culpa constituem uma trilogia de emoções que condicionam a reação das vítimas de violência de género (Cerejo, 2014). Do nosso ponto de vista, elas posicionam-se como um «pano de fundo», que funciona como uma espécie de segunda vitimização. É como se estas mulheres fossem duas vezes vítimas: vítimas de um agressor concreto; e vítimas porque têm inscritas na sua identidade de género os valores e modelos que condicionam a sua acção e reacção. A análise sociológica deste tipo de problemas complexos coloca-nos questões novas, do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico.

Em síntese, concluímos dizendo que uma nova linha de pesquisa deve ser seguida para analisar este tipo de acção dos actores sociais, que tenha em conta que eles, quando agem, o fazem na sua totalidade, com todas as dimensões. Há algumas variáveis que podem estar mais presentes em certos contextos, mas todas, mesmo as menos visíveis, ou não tão imediatamente determinantes, contribuem, também, não só para acção, como para a decisão de agir. Nesse sentido, a análise de acção social dos

actores individuais requer, cada vez mais, uma abordagem holística, onde a heterogeneidade das dimensões seja considerada, a partir de uma matriz que, não se alheando da realidade, permita a observação do máximo possível de variáveis e a interpretação dos resultados daí decorrentes.

Bibliografia

- BARBALET, Jack (2001). *Emotion, social theory, and social structure: a macro-sociological approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARBALET, Jack (2004). “Consciousness, emotions, and science”, in John Turner (ed.), *Theory and Research on Human Emotions*, vol. 21. Bingley-UK: Emerald Group Publishing, pp. 245-272.
- BARROS, Pedro; LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila & BARRENHO, Eliana (2008). “Health Care Costs of Domestic Violence Against Women – Evidence from Portugal”, in SSRN, 15.
- BAUMAN, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity
- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society*. London: Sage
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (1995). *The Normal Chaos of Love*. London: Polity.
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2001). *Individualization*. London: Sage
- BOURDIEU, Pierre (1998). *La Domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil.
- BUTLER, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- CEREJO, Dalila (2014). *Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH/UNL, texto policopiado.
- DAMÁSIO, António (2003). *Ao Encontro de Espinosa – as emoções sociais e a neurologia do sentir*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, António (2010). *O Livro da Consciência – a construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e Debates.
- DURKHEIM, Émile (1919). *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Librairie Félix Arcan (1.ª edição 1895).
- DURKHEIM, Émile (2007). *Le suicide*. Paris: PUF (1.ª edição 1897).

- FOUCAULT, Michel (1976). *Histoire de la Sexualité (vol. I) – La volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- GIDDENS, Anthony (1984). *The constitution of Society*. Los Angeles: University of California Press.
- GIDDENS, Anthony (1992). *The Transformation of intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Oxford: Blackwell Publishers.
- GOFFMAN, Erving (1956). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Edinburgh: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.
- GOFFMAN, Erving (1972). *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. London: The Penguin Press (1.^a edição 1967).
- GOFFMAN, Erving (1963). *Stigma*. New Jersey: Prentice-Hall.
- KEMPER, Theodore (2000). “Social models in the explanation of emotions”, in M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2.^a edição). New York: Guilford Press, pp. 45-58.
- LAURETIS, Teresa (1991). “Queer theory, lesbian and gay studies: An introduction”, in *differences: A journal of feminist cultural studies* 3/2, iii-xviii
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa & BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência contra as Mulheres*. Lisboa: DGS.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; BARROS, Pedro; CEREJO, Dalila; BARRENHO, Eliana; ALFARROBA, Aana & MARTELEIRA, Joana (2007). *Os custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência doméstica*. Lisboa: DGS/FCSH.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra (2007). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MEAD, Herbert (1934). *Mind, Self and Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- PARSONS, Talcott (1954). *Essays in Sociological Theory*. New York: The Free Press.
- PARSONS, Talcott (1964). *The Social System*. New York: The Free Press (1.^a edição 1951).
- PARSONS, Talcott (1968). *The Structure of Social Action*, vols. I, II. New York: The Free Press (1.^a edição 1937).
- PARSONS, Talcott (1978). *Action Theory and The Human Condition*. New York: The Free Press.

- PARSONS, Talcott (1991) (ed. Charles Camic). *The Early Essays*. Chicago: The University Chicago.
- PARSONS, Talcott & SHILS, Edward A. (2007) (introduction by Neil J. Smelser). *Toward a General Theory of Action*. New Jersey: Transaction Publishers.
- PRECIADO, Beatriz (2000). *Manifeste Contra-sexual*. Paris: Ed. Balland.
- SCHEFF, Thomas & RETZINGER, Suzanne (1991). *Emotion and Violence: Shame and Rage in Destructive Conflicts*. Lexington-Ma: Lexington Books.
- WALBY, Sylvia (2009). *Globalization & Inequalities – complexity and contested modernities*. London: Sage.

Esta obra aborda questões metodológicas e epistemológicas cruciais para o desenvolvimento da investigação sociológica actual. Ela traduz um momento de síntese do conhecimento sobre as metodologias no campo da Sociologia e faz uma meta-reflexão a partir dos problemas e soluções encontradas em mais de duas dezenas de investigações empíricas. Inclui estudos com diferentes âmbitos geográficos (nacional, regional e local), centrados na actualidade ou recuando no tempo sempre que necessário, com abordagens metodológicas variadas (qualitativas, quantitativas e mistas) e que recorrem a escalas de observação distintas (macro, meso e micro). Este livro de metodologia não pretende substituir os manuais já existentes, não repetindo as questões aí abordadas. Ele deve ser entendido como um instrumento metodológico complementar, com questões e temáticas que resultam da experiência de pesquisa, na área das Ciências Sociais, de uma ampla e pluridisciplinar equipa de investigação, ao longo dos últimos 25 anos. Ele percorre as principais fases e momentos da pesquisa, esperando-se que constitua um instrumento útil para estudantes, investigadores e investigadoras.



ISBN 978-989-755-223-6



9 789897 552236